

PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 2, de 2022 (nº 82, de 2021, na origem), da Ordem dos Advogados do Brasil, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, o nome do Senhor MARCOS VINÍCIUS JARDIM RODRIGUES, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga indicada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.*



Relator: Senador **SÉRGIO PETECÃO**

Chega para exame desta Comissão a indicação do Dr. MARCOS VINÍCIUS JARDIM RODRIGUES para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para o biênio 2021/2023, em renovação do mandato iniciado em 2019, de acordo com o disposto no art. 103-B, *caput* e inciso XII, da Constituição Federal.

Como informa a mensagem encaminhada pelo Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a indicação foi aprovada em sessão extraordinária dessa entidade realizada no dia 13 de dezembro de 2021, nos moldes preconizados pela regulamentação interna da corporação.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), promover a sabatina do indicado, bem como avaliar o cumprimento de requisitos de qualificação fundamentais para o exercício do cargo. Cumprida essa etapa, a indicação será encaminhada para a deliberação do Plenário do Senado Federal.

O *curriculum vitae* do indicado, que integra a documentação recebida em conformidade com as disposições regimentais, aponta que o Dr. MARCOS VINÍCIUS JARDIM RODRIGUES concluiu graduação em Direito pela Universidade Federal do Estado do Acre (AC), em 1999, e Pós-

graduação *lato sensu* em Direito Público pela Faculdade Integrada de Pernambuco (FACIPE), em 2005.

O Dr. MARCOS VINÍCIUS JARDIM RODRIGUES é inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Acre – sob o nº 2.299, desde 25 de agosto de 2000. Tem extensa participação na entidade, chegando a ser Presidente da Seccional por dois períodos (2013/2015 e 2016/2018). No âmbito da OAB nacional, foi Secretário-Geral da Comissão Nacional Especial da Advocacia Corporativa do Conselho Federal da OAB (2015), Membro titular do Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados – FIDA (2016/2018) e, em 2019, tornou-se Conselheiro Federal titular da OAB/AC e Membro titular da 3ª Câmara do Conselho Federal e Presidente da Comissão Nacional de Relações Institucionais.

O indicado participou, como palestrante, de congressos e seminários e publicou artigos científicos, entre os quais “Democracia, Diálogo e Oportunidades” (publicado no *site* da OAB/AC, em 2019), “A Constituição Federal Brasileira é um Marco Civilizatório” (publicado no *site* Consultor Jurídico, em 2018) e “Critérios de julgamento na Lei nº 14.133/2021 (publicado no livro “Nova Lei de Licitações – Apontamentos práticos”, organizado por Leonardo Castro e Marcelo Hugo Rocha).

Sua experiência profissional tem foco principalmente na área do Direito, em especial na advocacia, tendo atuado como Assessor Jurídico da 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco (2001/2003) e, depois, como sócio das sociedades Santos & Rodrigues Advocacia e Consultoria S/S (2003/2014) e sócio fundador da Sociedade Marcos Vinícius Rodrigues & Castro Melo Advogados (2014/2019).

Além da advocacia, foi Auditor da Comissão Disciplinar do Tribunal de Justiça Desportiva da Federação de Futebol do Estado do Acre (2009/2013) e Conselheiro do Conselho Superior de Direito da Federação do Comércio do Acre – Fecomércio/AC (2010/2012).

Constam da documentação encaminhada ao Senado Federal as declarações e documentos previstos no art. 383, I, *b*, 1 a 5, e §§ 2º e 3º, do RISF. O indicado declarou e comprovou estar em situação de “regularidade fiscal no âmbito federal, estadual e municipal” e apresentou declaração de “não ter sido condenado civil ou criminalmente por sentença judicial transitada em julgado, bem como figurar em ações judiciais”, de “não ter atuado como membro de juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou cargos de direção de agências reguladoras ao longo dos



últimos 5 (cinco) anos” e, ainda, de “não ser membro do Congresso Nacional e não possuir parentesco com integrantes do Poder Legislativo Federal”.

Diante do exposto, entendemos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem dos elementos suficientes para deliberar sobre a recondução do Dr. MARCOS VINÍCIUS JARDIM RODRIGUES para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/22906.73053-83